



Tempo

ISSN: 1413-7704

secretaria,tempo@historia.uff.br

Universidade Federal Fluminense

Brasil

Nobre, Pedro

A East India Company e a perda portuguesa da Província do Norte

Tempo, vol. 21, núm. 37, 2015, pp. 1-17

Universidade Federal Fluminense

Niterói, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167042154002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A East India Company e a perda portuguesa da Província do Norte

Pedro Nobre[1]

Resumo

O relacionamento anglo-português na Ásia foi marcado por cooperação e antagonismo, numa convivência pragmática, flexível e adaptável às circunstâncias. Essa interação complexa e de múltiplas facetas teve nas guerras luso-maratas da década de 1730 um exemplo paradigmático de como foi gerida a proximidade fronteiriça entre o governo de Bombaim e o Estado da Índia. Neste artigo, pretendemos analisar as dinâmicas de interação anglo-portuguesa no contexto particular dos ataques maratas à Província do Norte e enquadrá-las no longo processo relacional iniciado quando da cedência de Bombaim.

Palavras-chave: Estado da Índia; Bombaim; maratas; Província do Norte.

La East India Company y la pérdida portuguesa de la Provincia del Norte

Resumen

La alianza anglo-portuguesa en Asia fue conocida por la cooperación y el antagonismo en una convivencia pragmática, flexible y adaptable a las circunstancias. Esa interacción compleja y con múltiples facetas tuvo, en las guerras entre luso y *maratas* de la década de 1730, un ejemplo paradigmático de cómo fue creada la proximidad de fronteras entre el gobierno de Bombay y el Estado de India. En este artículo, se pretendió analizar las dinámicas de la interacción anglo-portuguesa en el contexto particular de ataques de los *maratas* a la Provincia del Norte y encuadrarlas en el largo proceso relacional que se inició cuando hubo la cesión del Bombay.

Palabras clave: Estado de India; Bombay; maratas; Provincia del Norte.

The East India Company and the Portuguese loss of the Província do Norte

Abstract

The Anglo-Portuguese relationship in Asia was marked by cooperation and antagonism, in a connection that can be entitled as pragmatic, flexible and adaptable to the circumstances. This complex and multi-faced interaction had in the Portuguese-Maratha wars of the 1730s a paradigmatic example of how it was managed the frontier proximity between Bombay and the *Estado da Índia*. In this article, we aim to analyze the dynamics of the Anglo-Portuguese interaction in the particular context of the Maratha attacks to the *Província do Norte* and to frame them in the long relationship process initiated with the cession of Bombay.

Keywords: Estado da Índia; Bombay; Marathas; Província do Norte.

La East India Company et la perte portugaise de la province du Nord

Résumé

La relation anglo-portugaise en Asie a été marquée par la coopération et l'antagonisme, une coexistence pragmatique, flexible et adaptable aux circonstances. Cette interaction complexe et multiforme avaient, aux guerres portugaise-Maratha des années 1730, un exemple paradigmatique de la façon dont il a été gérée proximité de la frontière du gouvernement de Bombay et de l'Etat de l'Inde. Dans cet article, on analyse la dynamique des interactions anglo-portugaise dans le contexte particulier des attaques Maratha Province du Nord et en forme eux dans le long processus relationnel a commencé pendant le transfert de Bombay.

Mots-clés: État de l'Inde; Mumbai; Marathas; Province du Nord.

Artigo recebido em 03 de julho de 2013 e aprovado para publicação em 15 de dezembro de 2013.

[1] Centro de História de d'Áquem e d'Álem-Mar da Universidade Nova de Lisboa - Lisboa - Portugal. E-mail: padnobre@gmail.com

Os anos de 1739–1740 marcaram o fim da presença e soberania portuguesa sobre a quase totalidade da Província do Norte, que, desde 1534, se encontrava sob o poder do Estado da Índia, após acordo com o sultão do Guzerate, Bahâdur Shâh.¹ De fato, esse entendimento (inserido no contexto da dupla pressão militar exercida por portugueses e mogores contra o sultanato Guzerati²) garantiu a incorporação de uma vasta franja territorial ao Estado da Índia: o distrito de Baçaim e, mais tarde, de Damão (1559), que constituíam a denominada Província do Norte³ e dotaram o governo asiático português de uma considerável extensão territorial,⁴ com direitos de exploração fundiária,⁵ no que era contrastante com a restante presença portuguesa no subcontinente indiano. Os britânicos, por sua vez, eram, desde 1665, soberanos do território de Bombaim, espaço fronteiriço do sul da Província do Norte adquirido ao Estado da Índia. Essa área oferecia à *East India Company* a desejada territorialização, que complementava as suas feitorias espalhadas ao longo da costa ocidental indiana, onde, desde os inícios do século XVII, se introduzia comercialmente.

As historiografias portuguesa e britânica têm produzido variados estudos ao longo do último século acerca da dinâmica relacional anglo-portuguesa na região de Bombaim, isolando-a à luz de diversas temáticas definidas, como o processo de entrega da ilha,⁶ as questões religiosas,⁷ fundiárias⁸ e fiscais/judiciais⁹ ou a manutenção da memória portuguesa até os dias de hoje.¹⁰ No caso particular da perda da Província do Norte, os estudos específicos são bastante escassos, com exceção do artigo de Souza.¹¹ As dinâmicas anglo-portuguesas são apenas abordadas de forma sucinta e geral em obras que versam sobre os Maratas,¹² a Província do Norte¹³ ou o relacionamento luso-marata.¹⁴ Neste artigo,

¹Rodrigo Felner (ed.), *Subsídios para a História da Índia Portuguesa*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1868, p. 134-138.

²André Teixeira, *Baçaim e o seu território: política e economia (1536-1661)*, Tese de doutorado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010, p. 33; Dejanirah Couto, "Em torno da concessão e da fortaleza de Baçaim (1529-1546)", *Mare Liberum*, n. 9, 1995, p. 119-120.

³*Ibidem*, p. 118.

⁴Território ao longo da faixa costeira entre Bombaim e Damão com uma largura variável entre os sete e os 30 quilômetros.

⁵Tal como no Ceilão, Moçambique (mais tarde) e Goa, se bem que, nesta última, a escala era menor.

⁶Pedro Nobre, *A entrega de Bombaim ao Reino Unido (1661-1668): um processo político-diplomático*, Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais, Lisboa, 2008.

⁷Glenn Ames, "The role of religion in the transfer and rise of Bombay, c. 1661-1687", *The Historical Journal*, v. 46, n. 2, 2002, p. 317-340.

⁸Mariam Dossal, *Mumbai. Theatre of conflict, city of hope*, New Delhi, Oxford University Press, 2010.

⁹*Iudem*, "Continuity and change: the Portuguese presence in British Bombay, c. 1660-1860", In: Anthony Disney; Emily Booth (eds.), *Vasco da Gama and the linking of Europe and Asia*, Oxford, Oxford University Press, 2000, p. 403-418.

¹⁰Paulo Varela Gomes, "'Bombay Portuguese': Ser ou não ser português em Bombaim no século XIX", *Revista de História de Ideias*, n. 28, 2008, p. 567-608; Prakashchandra P. Shriodkar, "Bombay and the Portuguese impact and influences with special reference to etymology", *Mare Liberum*, n. 9, 1995, p. 291-301; Paulo Varela Gomes; Walter Rossa, "O primeiro território: Bombaim e os Portugueses", *Oceanos*, n. 41, 2000, p. 210-224; Clement Godwin, *Change and continuity: a study of two Christian villages communities in suburban Bombay*, Bombaim, McGraw-Hill, 1972.

¹¹E. J. D'Souza, "Portuguese-Maratha-British designs on the island of Salsette", *Indica*, vol. 38, n. 1-2, 2001, p. 213-220.

¹²Walter Sadgun Desai, *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970; Stewart Gordon, "The Marathas, 1600-1818", In: Gordon Johnson; Christian Bayly; John F. Richards (eds.), *The New Cambridge History of India*, v. IV, Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

¹³Luis Frederico Antunes, "Província do Norte", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, v. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2006; Mário César Leão, *A Província do Norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996.

¹⁴Alexandre Lobato, *Relações luso-maratas (1658-1737)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

pretendemos analisar as dinâmicas de interação anglo-portuguesa no contexto particular dos ataques maratas à Província do Norte e compartimentá-las no longo processo relacional iniciado quando da cedência de Bombaim. Desse modo, faremos uma sintética contextualização dos principais poderes da região (europeus e asiáticos) e da sua respectiva interação, analisando, em seguida, as várias fases das investidas maratas, iniciadas no início do decênio de 1720 e formalmente terminadas no acordo de paz luso-marata de 1740.

A derrota e recuo português na Província do Norte acabaram por ser — à luz dos acontecimentos das décadas antecedentes e das vicissitudes internas do Estado da Índia e do contexto político do Decão indiano — um desfecho previsível e inevitável. De fato, as transformações geopolíticas, que, desde o início dos Setecentos, invertiam a balança de poderes no Decão e regiões periféricas (a desfragmentação do império mogor e o crescente poder marata), colocaram em franco perigo as possessões portuguesas no ocidente indiano, não só a Província do Norte, como também a própria capital, Goa. Por outro lado, às insuficiências defensivas portuguesas (menor contingente humano e diminuta capacidade financeira e militar), adicionava-se a pouca disponibilidade e vontade de apoio britânico,¹⁵ somente fornecido em momentos concretos, que implicaram um hipotético perigo na defesa de Bombaim.

Os grandes poderes políticos no subcontinente indiano

O mapa político indiano na região do Decão e do Concão era, na segunda metade dos Seiscentos, século XVII, essencialmente composto por duas grandes forças asiáticas: o império mogor e o reino marata. A estes, adicionavam-se outros poderes de menor expressão, mas de igual importância política na geografia indiana, como os reinos de Golconda e Bijapur, os Sidis¹⁶ e, naturalmente, o Estado da Índia e o enclave inglês de Bombaim. Com a anexação mogor dos dois primeiros na década de 1680, o controle do subcontinente indiano passou a ser disputado, desde finais do século XVII, por mogores e

¹⁵Optamos por usar o termo “britânico” de uma forma flexível, dadas as características particulares da realidade interna e ultramarina inglesa nos séculos XVII e XVIII. A East India Company (EIC), sediada em Londres, era constituída na Europa, mas, também, particularmente, na Ásia, por uma mescla de indivíduos oriundos das várias regiões da velha *Albion*, sejam ingleses, galeses ou escoceses. Nesse sentido, pareceu-nos mais prático utilizar o termo “britânico” como conceito operativo, de modo a simplificar a caracterização de um grupo heterogêneo como o era aquele dos súditos da EIC estantes na região do Índico.

¹⁶Os Sidis eram uma família muçulmana de origem abissínia presente na Índia desde o século XV. Dois séculos mais tarde, a sua atividade corsária tornou-os uma das mais temidas forças na costa ocidental indiana entre Damão e Tiracol, onde Danda-Rajpuri e Janjira (respectivamente a 22 e 31 milhas a sul de Bombaim) constituíam as suas bases de apoio. Atuando como feudatários do reino de Ahmadnagar no início dos Seiscentos, aliaram-se a Bijapur após a conquista daquele reino pelo império mogor em 1636, assumindo a posição de almirantes da marinha. Essa mesma posição iria ser desempenhada a partir da década de 1660 junto do império mogor, tendo como uma das principais funções proteger as embarcações de peregrinos com destino a Meca. Esse seu posicionamento na geografia política indiana colocou-os sob o foco da animosidade marata, com quem se envolveram em sistemáticos confrontos, que, pela proximidade dos territórios do Estado da Índia e da EIC, envolveriam amiúde portugueses e britânicos. Veja-se Dauril Alden, *The making of an enterprise. The Society of Jesus in Portugal, its empire, and beyond: 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996, p. 448; Walter Sadgun Desai, *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970, p. 67; Luis Frederico Antunes, “Província do Norte”, In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, v. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 221-222.

maratas. Desse modo, o poder mogor controlava grande parte de Khandesh e a zona norte do Concão, ao passo que os maratas concentravam-se sobretudo no sul do Gates e na zona central e costeira do Concão, onde Canozi Angriá,¹⁷ apoiando as suas manobras a partir de portos-chave como Colaba, apresava embarcações, pilhava cidades e ocupava fortés.¹⁸

A morte do imperador mogor Aurangzeb verificar-se-ia como um ponto de viragem na balança de poderes indianos, consubstanciado no progressivo enfraquecimento e ocaso do secular império mogor em contraponto com a consolidação e expansão territorial da Confederação Marata. A conquista da província do Norte enquadrou-se nesse forte movimento expansionista, que atingiria o seu zênite na década de 1740, afirmando-se os maratas como os senhores do Decão e os maiores rivais à emergente política territorial britânica (Mapa 1).¹⁹

A *East India Company*, fundada em 1600, era uma sociedade anônima composta por membros da aristocracia inglesa e mercadores britânicos e estrangeiros, que estava, por isso, bastante próxima do poder político e financeiro da *City* de Londres. Apesar dessa composição, logrou manter, no cômputo geral, autonomia política da coroa inglesa (até meados dos Setecentos), contrabalançada em simultâneo por uma sistemática proximidade e apoio do poder régio e parlamentar inglês. De fato, a prosperidade e desenvolvimento econômico-comercial da Companhia eram benéficos e do interesse do poder político inglês, o qual esperava se beneficiar e retirar dividendos. Nessa perspectiva, foram outorgadas várias *charters* régias, que garantiam à Companhia monopólios comerciais no Índico e no Pacífico, assim como outros privilégios: autoridade para celebrar guerra e paz com os poderes asiáticos, erigir fortificações, cunhar moeda, formar contingentes armados, repatriar comerciantes ilegais e aplicar a justiça civil e criminal nos seus estabelecimentos. As fundações da nova companhia assentavam, assim, no comércio e no lucro, e a sua actividade centrou-se, numa primeira fase, numa estratégia puramente mercantil e comercial, em claro contraste com as presenças portuguesa e neerlandesa

¹⁷Canogi Angriá havia sido vice-almirante da marinha marata, tendo-se afastado daquele poder durante o conflito mantido com Aurangzeb, entre 1690 e 1707, que enfraqueceu o governo central marata. Essa conjuntura possibilitou que Canozi se rebelasse e atuasse à margem do controle marata, fundando um principado de grande extensão entre o porto de Bombaim e Vingurlá, onde atacava e saqueava as embarcações mercantis mogores, portuguesas e britânicas. Essas atividades tornaram-no o pirata mais temido da costa ocidental india até a data da sua morte em 1729. Os seus descendentes continuaram as ações de pirataria nas décadas seguintes, se bem que com menor eficácia e impacto, sendo que, em 1755, a ação conjunta anglo-marata iria eliminar definitivamente a ameaça Angriá. Veja-se Jean Sutton, *The East India Company's maritime service: 1746-1834. Masters of the Eastern Seas*, Woodbridge, Boydell Press, 2010 e Walter Sadgun Desai, *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970, p. 47-48.

¹⁸Stewart Gordon, "The Marathas: 1600-1818", In: Gordon Johnson; Christian Bayly; John F. Richards (eds.), *The New Cambridge History of India*, vol. IV, Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 92-101; Walter Sadgun Desai, *op cit.*, p. 48-49.

¹⁹Ibidem, p. 69-72; Ernestina Carreira, "Aspectos políticos", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, vol. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 1, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 63-72; Percival Spear, *India. A modern history*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1972, p. 78.

naquele espaço. Posteriormente, e apesar de não alterar oficialmente essa estratégia, o progressivo enraizamento britânico nos espaços ultramariños acabaria por pressionar a adoção de uma postura híbrida, em que as



Mapa 1. O Distrito de Baçaim da Província do Norte.

estratégias comerciais e político-militares se sobreponham, se interligavam e se complementavam.²⁰

As possessões do Estado da Índia e os interesses britânicos na costa ocidental indiana (Surate e Bombaim) foram, naturalmente, afetados pelo antagonismo marata-mogor, que potenciou a alteração das estratégias político-diplomáticas assumidas até então. Desse modo, a presença de uma nova força político-militar nas imediações dos espaços de soberania portuguesa e britânica forçou, necessariamente, o envolvimento “europeu”, que passou a alinhar-se a uma das forças consoante a conjuntura e os interesses em jogo, procurando tirar dividendos dos seus antagonismos.

A prosperidade e desenvolvimento econômico-comercial da Companhia eram benéficos e do interesse do poder político inglês

Durante as oito décadas, entre 1665 e 1739, a política britânica no subcontinente indiano pautou-se oficialmente pela neutralidade, excetuando um curto período na década de 1680, que se provou desastroso para a Companhia e que a forçou a readotar a postura inicial. Com esta estratégia, pretendiam distanciar-se dos conflitos políticos e não perturbar o seu desígnio principal, o comércio. Era, portanto, a adoção de uma política econômica pragmática (e não tanto uma doutrina de rejeição bélica), aplicada desde o início e incorporada ao longo do tempo, demonstrativo de que apreendiam como funcionava política e economicamente o espaço onde estavam inseridos.²¹ A realidade experimentada, todavia, não era tão linear e os interesses e as pressões em jogo forçaram a readaptação das diretrizes veiculadas, levando a Companhia a sistemáticos auxílios não oficiosos e secretos, como os verificados no contexto da guerra luso-marata. De salientar que, no quadro do contínuo antagonismo anglo-marata, o governo de Bombaim pressionara junto de Londres a adoção de uma postura mais ofensiva²², o que foi sistematicamente rejeitado, possivelmente por se considerar que aquele território não tinha as condições defensivas necessárias para assumir uma postura militarmente

²⁰Sobre a história da EIC, vejam-se as obras de Kirti Chaudhuri, *The trading world of Asia and the English East India Company, 1660-1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 1978; Ian Bruce Watson, “Fortifications and the ‘idea’ of force in early English East India Company relations with India”, *The Past and Present*, n. 88, 1980, p. 70-87; Philip Lawson, *The East India Company: a history*, London, Longman, 1993; Om Prakash, “The English East India Company and India”, In: H.V. Bowen et al. (eds.), *The worlds of the East India Company*, Woodbridge, Boydell, 2002, p. 1-17; Philip Stern, *The company-state: corporate sovereignty and the early modern foundations of the British Empire in India*, Oxford, Oxford University Press, 2011.

²¹P.J. Marshall, “The English in Asia to 1700”, In: Nicholas Canny (ed.), *The Oxford History of the British Empire*, vol. 1 (“The Origins of the Empire”), Oxford, Oxford University Press, 1998, p. 280-281.

²²British Library (BL), “Carta do conselho de Bombaim para os diretores em Londres”, 21.08.1699, Original Correspondence (OC) 6711.

ofensiva nas questões locais. Essa encruzilhada entre a ação necessária e a ação possível perdurou até a conquista marata da Província do Norte, mantendo os britânicos a estratégia de não se envolverem, oficialmente, nas questões locais, sendo a ação anglo-portuguesa contra o Angriá, em 1721, uma das raras exceções.

O Estado da Índia também se encontrava no meio das tensões entre maratas e mogores, tendo optado estrategicamente por se manter neutro. As armas foram substituídas pela diplomacia, desenhando-se alianças, apoios dissimulados e ameaças de guerra, de modo a não comprometer as possessões portuguesas e, em simultâneo, manter os poderes asiáticos em confronto, de forma a enfraquecerem-se mutuamente.²³ Segundo Lobato, “travar o poderio marata e gastar o Mogor era um imperativo da política portuguesa de equilíbrio entre reis vizinhos”,²⁴ a que se adicionava, paralelamente, o controle da presença neerlandesa e britânica e o combate às atividades piratas.²⁵ As ações maratas, em particular, incidiram sobre a região de Goa, as praças de Chaul e Baçaim e a ilha de Salsete.²⁶ Todavia, a recorrente pressão mogor na retaguarda coagiou as forças maratas a concentrarem-se noutra frente militar e a abandonar, temporariamente, as suas investidas sobre os territórios portugueses.²⁷ Essa desmobilização militar era, por norma, acompanhada por um acordo entre ambas as partes, tendo-se registado vários ao longo dos anos, alguns dos quais com a mediação britânica,²⁸ num clima de paz e guerra intermitentes até 1737, altura da investida final sobre o distrito de Baçaim.

O apoio britânico e as sistemáticas incursões maratas (1723-1732)

Em 1723, os maratas invadiram o distrito de Baçaim, realizando diversas incursões a partir das regiões de Galiana e Biundim, recentemente conquistadas ao império Mogor. As suas motivações de índole econômico-fiscal incidiam na pretensão de tornar a Província do Norte sua tributária (impondo o *chauth*²⁹ como forma de vincarem o seu poder de senhores daquela região³⁰) e retirar outros dividendos comerciais e alfandegários. O acordo de paz subsequente

²³Joaquim Romero Magalhães, “As tentativas de recuperação asiática”, In: Francisco Bethencourt; Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da expansão portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 43.

²⁴Alexandre Lobato, *Relações luso-maratas (1658-1737)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 28.

²⁵Luis Frederico Antunes, “Província do Norte”, In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, vol. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 210-223.

²⁶Ibidem, p. 215-216; Francisco Bethencourt, “O Estado da Índia”, In: _____, Kirti Chaudhuri (dirs.), op cit., vol. 2.

²⁷Alexandre Lobato, op cit., p. 33-34; Luis Frederico Antunes, op cit., p. 216.

²⁸P.S. Pissurlencar, *The Portuguese and the Marathas*, Bombaim, State Board for Literature and Culture, 1975, p. 174-179.

²⁹A cobrança do *chauth* incidia sobre $\frac{1}{4}$ do rendimento da terra fora da jurisdição política marata (*swarajya*), que denominavam de terra mogor ou *mughlai*. Essa coerção provocou, naturalmente, a animosidade em zonas controladas pelos mogores ou por Bijapur e, também, junto ao Estado da Índia, onde a exigência de pagamento e as recusas sistemáticas portuguesas tornaram-se um ponto constante de antagonismo entre os dois poderes.

³⁰P.S. Pissurlencar, *Maratas em Baçaim*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, p. 11.

(1724),³¹ resultante da pressão mogor e do reforço defensivo oriundo de Goa, foi de curta duração, reportando-se no mesmo ano investidas sobre a capital portuguesa.³² Dois anos mais tarde, novas incursões foram realizadas, dessa vez em consonância com o Angriá e outros pequenos poderes vizinhos,³³ sendo que, de novo, a pressão militar mogor exercida noutra frente forçou a um novo entendimento luso-marata.³⁴ Esse novo acordo não invalidou, de novo, a perduração no tempo e no espaço de novos ataques, focalizados na província de Damão, em 1728,³⁵ e em Taná e regiões limítrofes, no dealbar da década de 1730. Em 1732, a pressão mogor sobre as terras adjacentes a Damão conduziu a uma nova convenção, sob mediação britânica, no denominado Tratado de Bombaim, onde o Estado da Índia garantiu a manutenção da sua integridade e soberania à custa, contudo, de concessões econômico-financeiras. Os britânicos esperavam garantir benefícios comerciais com o pacto luso-marata, nomeadamente uma melhor comercialização nas terras da região de Galiana, assim como a livre passagem em Taná, algo que o vice-rei sublinhou não ter ordens para garantir.³⁶

O relacionamento luso-marata foi, assim, marcado pela contínua hostilidade marata às possessões do Estado da Índia, nomeadamente à Província do Norte, e assumiu o seu zênite em meados da década de 1730, uma vez que, nos anos anteriores, as oposições acabaram por ser controladas e minimizadas pela via diplomática. Naquele espaço, os maratas reclamavam para si uma parcela territorial de extrema importância na costa ocidental indiana, que lhes permitia uma ligação ao mar e garantia proveitos comerciais, agrícolas e navais. De fato, o interesse marata era, essencialmente, econômico-estratégico, fundamento que norteava a sua ação ao longo do subcontinente indiano. Contudo, outras motivações de menor relevância são apontadas pela historiografia e fontes maratas, nomeadamente razões de índole religiosa (devido à política intolerante portuguesa perante a população hindu), política (em virtude da cooperação luso-mogor) e “racial”³⁷.

O conflito luso-marata foi, naturalmente, seguido com extrema atenção pela Companhia Britânica, que temia que as investidas das forças do comandante marata Bagi Rao conduzissem a uma mudança política na ilha de Salsete, com

³¹Júlio Firmino Biker (ed.), *Collecção de tratados e concertos de paz que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e África Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVIII*, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 12.

³²Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), “Governadores do Estado da Índia para o monarca”, 27.12.1724, Monções, 90, fl. 172.

³³Francisco Bethencourt, “O Estado da Índia”, In: ____; Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da expansão portuguesa*, vol. 3, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 253-254; Luís Frederico Antunes, “Província do Norte”, In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, vol. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 220-221; AHU, “Carta do vice-rei para o secretário de estado”, 19.01.1726, Monções, 92, fl. 366.

³⁴Alexandre Lobato, *Relações luso-maratas (1658-1737)*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 93-94.

³⁵AHU, “Carta do vice-rei ao general do Norte”, 14.07.1729, Baçaim, livro 5, fl. 52v; *Idem*, “Carta do vice-rei ao capitão de Baçaim”, 29.10.1730, Baçaim, livro 5, fl. 84.

³⁶BL, India Office Records (IOR)/E4/450, “Carta do Conselho de Bombaim para a EIC”, 30.01.1732, fls. 400-402.

³⁷Mário César Leão, *A província do norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 138-149.

potenciais perigos para Bombaim. O governo britânico, seguindo as diretrizes veiculadas por Londres³⁸ e perante as debilidades militares portuguesas e os consequentes pedidos de ajuda do General do Norte e do vice-rei, optou, grosso modo, pelo apoio privado, parcial e pragmático às defesas portuguesas. Na ótica britânica, a vizinhança marata a norte de Bombaim seria mais problemática do que as políticas fraturantes assumidas pelos portugueses ao longo das várias décadas em que partilharam fronteiras. Partindo desse enquadramento político-estratégico britânico em torno da questão de Salsete, entendem-se as opções defensivas e militares tomadas a partir de inícios da década de 1730, no quadro da invasão marata. Num primeiro momento, a posição britânica consubstanciou-se no auxílio às forças portuguesas com o envio, em 1730, de 200 mosqueteiros (50 europeus e os restantes topazes), 250 sepois e 6 galeotas.³⁹ Simultaneamente à ajuda militar enviada, os britânicos procuraram assegurar o rápido entendimento entre os beligerantes, mediando as negociações.⁴⁰

Entre 1665 e 1739, a política britânica no subcontinente indiano pautou-se oficialmente pela neutralidade, excetuando um curto período na década de 1680

O envio de forças foi executado perante as dificuldades e necessidades militares portuguesas, quer em homens, quer em material. Contudo, na perspectiva da Companhia, esse auxílio seria temporário, até Lisboa, Goa, ou mesmo tropas recrutadas em Salsete terem tempo de socorrer o território com o reforço militar adequado. Contudo, a constante ameaça marata no rio de Taná (cujas forças eram sucessivamente reforçadas e aumentadas) e a ausência de novos contingentes portugueses colocaram a Companhia Britânica numa situação desconfortável, pois, se abandonassem a sua posição, Salsete seria facilmente conquistada, uma vez que o contingente português não tinha recursos para sustar o avanço inimigo.⁴¹ Não obstante a pressão britânica, despachando membros do seu conselho para Baçaim, pressionando os portugueses a enviarem mais homens (e também para pagarem o auxílio prestado),⁴² foi respondido que, perante a incapacidade portuguesa para destacar mais forças, a manutenção do apoio militar britânico assumia uma importância crucial.⁴³

³⁸BL, IOR, E/104, "Carta dos diretores da EIC para o presidente e conselho de Bombaim", 27.01.1730, fl. 356; Idem, P/341/7, pt. 1, 30.05.1730, fls. 65-67.

³⁹Idem, pt. 2, "Consulta do conselho de Bombaim", 11.04.1731, fls. 45-46.

⁴⁰Ibidem, pt. 1, 30.05.1730, fls. 65-67.

⁴¹Ibidem, 20.11.1730, fls. 177-179.

⁴²Ibidem; Idem, E/106, "Carta dos diretores da EIC para o presidente e conselho de Bombaim", 15.03.1734, fls. 110-110v. Às queixas de falta de pagamento, adicionavam-se os lamentos perante a contínua recusa da livre passagem britânica em Taná.

⁴³BL, IOR, P/341/7, "Carta de Arnold Paauw e Hugh Bidwell", 12.1730.

Os reforços de Goa acabariam por chegar no final de 1730, vários meses após a investida marata.⁴⁴ Esse reforço militar português possibilitou, somente, a temporária desmobilização das tropas britânicas, dado que apenas susteve momentaneamente o avanço marata em Salsete e Baçaim.⁴⁵ Nesse sentido, em abril do ano seguinte, era efetuado novo pedido de soldados britânicos para a fortaleza de Taná, mais concretamente 300 sepóis. Auxílio concedido, pois afirmava-se que seria mais benéfico para a Companhia que Salsete ficasse na posse portuguesa, dado que a reconquista daquela ilha aos maratas seria de extrema dificuldade.⁴⁶

O definitivo recuo português e a dupla posição britânica (1737-1739)

Como foi referido, o Tratado de Bombaim de 1732, à semelhança dos anteriores, não significou o término das hostilidades luso-maratas. De fato, dois anos mais tarde, eram reatadas as incursões, num reacender do conflito que apenas acabaria com a conquista completa da ilha de Salsete e de Baçaim pelas forças de Bagi Rao, em 1739 e 1740, respectivamente. De referir que, para esse desfecho, contribuiu o afastamento mogor daquelas zonas (obrigado a centrar as suas atenções militares em Deli, recentemente conquistada pelo Nadir Xá da Pérsia), o que permitiu a total focalização marata no ataque ao distrito de Baçaim.

A tática marata ensaiada em ocasiões anteriores, de ataques simultâneos sobre as principais praças portuguesas — bloqueando o abastecimento alimentar e militar —, permitiu o isolamento da Província do Norte, cujas debilidades defensivas e limitada ajuda britânica colocaram-na à mercê das forças maratas. Assim, paralelamente aos ataques em Salsete, os maratas investiram em Chaul, Baçaim e Goa,⁴⁷ o que impôs a mobilização em várias frentes das poucas defesas portuguesas. Esse quadro adensou os problemas defensivos da Província do Norte, pois, à limitação no abastecimento alimentar e no apoio militar, adicionava-se a sistemática falta de dinheiro e de munições.

O início da investida sobre Salsete realizou-se em abril de 1737,⁴⁸ após alguns ataques efetuados em Chaul. Essa movimentação inicial consubstanciou-se na conquista da fortaleza de Taná,⁴⁹ cujos trabalhos de construção (por ordem do vice-rei conde de Sandomil) estavam ainda em andamento. Imediatamente após a perda de Taná, o general do Norte solicitou o apoio militar de Bombaim,⁵⁰

⁴⁴AHU, "Carta do vice-rei ao general do Norte", 13.12.1730, *Baçaim*, 5, fl. 98v; *Idem*, "Portaria do vice-rei", 03.04.1731, *Reis Vizinhos*, 7, fl. 94v.

⁴⁵Walter Sadgun Desai, *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970, p. 84.

⁴⁶BL, IOR, P/341/7, 11.04.1731.

⁴⁷Nomeadamente, nos concelhos goeses de Bardez e Salsete, conquistando a fortaleza de Mormugão, sitiando a fortaleza de Rachol e, nas regiões limítrofes, ocupando Pondá e subordinando os reinos vizinhos de Sunda e os Sawants de Wadi.

⁴⁸AHU, "Carta do vice-rei para o secretário de estado", 19.04.1737, *Monções*, 107, fl. 278.

⁴⁹O governador de Bombaim avisou um ano antes das movimentações maratas e das suas intenções sobre Taná, não sendo tomadas medidas nesse sentido. Cf. E.J. D'Souza, "Portuguese-Maratha-British designs on the island of Salsette", *Indica*, vol. 38, n.º 1-2, 2001, p. 215.

⁵⁰Assentos do Conselho de Estado (ACE) (1618-1750), Arquivo Histórico do Estado da Índia, "Proposta para o Conselho de Estado", 12.04.1737, vol. V, doc. 146, p. 401-404; *Idem*, 04.05.1737, vol. V, doc. 147, p. 419.

assim como de outros poderes locais, como o nabado de Surrate ou os franceses de Pondicherry.⁵¹ Os britânicos negaram o pedido, afirmando que este fora efetuado tarde demais (dado que os maratas já haviam passado o rio de Taná) e as suas forças disponíveis eram limitadas, já que grande parte dos seus homens tinha sido destacada para Tellicherry, de modo a sustar a ameaça neerlandesa.⁵² Acrescentariam mais tarde que, devido à proximidade marata de Bombaim, todos os homens e munições que possuíam seriam utilizados para a defesa da ilha, não podendo, desse modo, providenciar qualquer ajuda aos portugueses.⁵³ O máximo que os britânicos “ofereceram” foi a sua mediação, em 1737⁵⁴ e no ano seguinte,⁵⁵ sem o resultado desejado.⁵⁶ Após a posse do estratégico forte de Taná, rapidamente a restante ilha de Salsete ficou sob o controle marata, com exceção das aldeias de Bandorá e Versavá.

A conquista de Taná colocou as autoridades britânicas em alerta máximo, tendo sido dadas ordens imediatas para o reforço dos fortões de Bombaim.⁵⁷ Também nessa perspectiva a intrusão marata e a sua proximidade do sul de Salsete forçaram a Companhia a mudar a sua posição, predispondo-se a auxiliar as parcas forças portuguesas e, assim, impedir a perigosa aproximação à fronteira de Bombaim. Posicionamento que era justificado aos maratas pelo acordo anglo-português, que estabelecia o apoio em caso de ataque.⁵⁸

A defesa da aldeia de Bandorá passou, assim, a ser preponderante para a segurança de Bombaim; nesse sentido, perante o pedido de um padre jesuíta, foram enviados 50 homens (cujas despesas seriam cobertas pela ordem religiosa)⁵⁹ e, poucos meses depois, 100 barris de pólvora, negando-se, no entanto, qualquer outro reforço humano.⁶⁰ Além do mais, o provincial e o padre visitador do Norte, assim como outros padres, receberam abrigo em Bombaim no decorrer do confronto inicial em Bandorá.⁶¹ Paralelamente, o poder britânico propôs nova mediação ao líder marata, apesar da pouca convicção de um acordo, pois a força marata e as suas recentes conquistas tornavam pouco provável que se fizessem concessões,

⁵¹ACE, “Proposta para o Conselho de Estado”, 18.10.1737, vol. V, doc. 152, p. 447.

⁵²BL, IOR, P/341/9, “Consulta do conselho de Bombaim”, 28.03.1737, fls. 86-91.

⁵³*Ibidem*, 04.04.1737, fls. 102-106; *Ibidem*, 27.04.1737, fls. 124-129.

⁵⁴*Ibidem*, 27.04.1737, fls. 124-129.

⁵⁵*Ibidem*, pt. II, 25.08.1738, fls. 203-207.

⁵⁶*Ibidem*, 18.09.1738, fls. 220-223.

⁵⁷*Ibidem*, “Consulta do Conselho de Bombaim”, 28.03.1737, fls. 86-91; *Ibidem*, 03.05.1737, fls. 136-138; *Idem*, H/332, [Conselho Bombaim], “Representation of the invasion of the Portuguese Northern territories in Deccan by the Marathas and the present state of Bombay in respect thereto, addressed to the Honorable Court of Directors”, 03.10.1737, fls. 557, 561-563.

⁵⁸*Ibidem*, fls. 548-549.

⁵⁹*Idem*, P/341/9, *op cit.*

⁶⁰*Ibidem*, 05.05.1737, fls. 139-140; ACE, *op cit.*, fl. 447. Apesar desse auxílio, o Conselho de Bombaim não deixava de salientar a má conduta portuguesa nessa conjuntura, apontando o apreço de embarcações, a detenção de um súdito britânico em Goa e outros atos de hostilidade. Veja-se BL, IOR, H/332, *op cit.*, fls. 542-543.

⁶¹ACE, vol. V, *op cit.*, doc. 151, 16.09.1737, fl. 439.

tal como os portugueses, que, apesar do contexto desfavorável, mantinham o seu orgulho e arrogância.⁶²

Apesar desse apoio inicial, a posição de Bombaim foi oficialmente neutra durante a pressão sobre as aldeias de Bandorá e Versavá. A pretensão de afirmar-se comercialmente em Salsete e a dependência perante os bloqueios comerciais maratas, adicionada à insuficiente força militar para afrontar o exército asiático, aconselharam a adoção de uma estratégia de neutralidade, de modo a não hostilizar as suas relações com o poder marata. Londres validava essa estratégia, ordenando o não envolvimento nas questões locais, salientando que os seus agentes eram oficiais duma companhia comercial e, como tal, deviam abster-se de participar na balança de poderes em curso.⁶³ Nesse sentido, foi recusado o apoio humano pedido por Chimnaji Appa, que oferecia em troca a devolução das embarcações britânicas apresadas e o livre comércio nos domínios maratas.⁶⁴ De acordo com alguma historiografia portuguesa, essa recusa de efetivos militares não impediu o envio de material bélico, de forma não oficial,⁶⁵ estratégia também usada com o Estado da Índia. Essa premissa adequava-se ao perfil de atuação britânica ao longo das décadas, caracterizado por uma diplomacia dupla e flexível perante os conflitos locais e fronteiriços, numa política, aliás, similar à portuguesa. Contudo, e apesar desse auxílio militar ser também relatado pelos oficiais portugueses,⁶⁶ a documentação oficial inglesa é omissa a esse respeito, o que não valendo, naturalmente, como contraponto absoluto à tese veiculada coloca-a em questão. Também ao Estado da Índia foram recusados os posteriores pedidos de apoio militar do general do Norte, visando à contraofensiva sobre o forte de Taná⁶⁷ e a defesa das aldeias no sul de Salsete. As justificações britânicas evocadas não eram novas, reforçando-se a incapacidade de mobilização das suas forças, necessárias para assegurar a defesa de Bombaim⁶⁸ achando-se, de igual modo, o pouco sucesso que um contingente anglo-português teria ante as numerosas forças maratas.⁶⁹ A incapacidade referida seria, sobretudo, uma desculpa para a Companhia não se envolver no conflito e manter a sua posição neutra.

⁶²BL, IOR, H/332, [Conselho Bombaim], "Representation of the invasion of the Portuguese Northern territories in Deccan by the Marathas and the present state of Bombay in respect thereto, addressed to the Honorable Court of Directors", 03.10.1737, fl. 547.

⁶³*Ibidem*, E/3/107, "Carta dos diretores da EIC para o presidente e conselho de Bombaim", 06.01.1738, fls. 192-202.

⁶⁴*Ibidem*, P/341/9, "Consulta do conselho de Bombaim", 03.06.1737, fls. 157-160.

⁶⁵Ernestina Carreira, "Aspectos políticos", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord), *Nova história da expansão portuguesa*, vol. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 1, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 73; Mário César Leão, *A província do norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 141.

⁶⁶ACE, "Proposta para o Conselho de Estado", 18.10.1737, vol. V, doc. 152, fl. 447.. É afirmado, de igual modo, pelo general do Norte, em carta para o vice-rei, de 05 de dezembro de 1737, que o inimigo marata sabia dos reforços efetuados pelos portugueses, pois "teve aviso de seus confidentes de Bombaim". Cf. *Ibidem*, doc. 153, 11.12.1737, fl. 457.

⁶⁷BL, IOR, P/341/9, *op cit.*, pt. II, 01.03.1738, fls. 54-56; *Ibidem*, "Carta do general do Norte, D. Pedro de Melo para o presidente de Bombaim", 28.10.1738, fls. 284-285.

⁶⁸Calculavam que, para recapturar a ilha, seria necessário no mínimo três mil homens europeus com treino de artilharia, sendo que a consequente desmobilização poria em franco risco a defesa de Bombaim perante as numerosas forças maratas. Cf. BL, IOR, E/3/107, *op cit.*, 02.03.1739, fl. 324v; *Ibidem*, 02.08.1739, fls. 332v-337.

⁶⁹*Ibidem*, P/341/9, *op cit.*, pt. II, *Ibidem*, "Resposta do presidente de Bombaim para o general do Norte", 10.11.1738, fls. 285-286.

A perda de Bandorá sucederia dois anos após as primeiras incursões maratas, isso após a ocupação, em 1738, de parte do território de Damão.⁷⁰ As intenções maratas sobre as restantes duas aldeias de Salsete na posse portuguesa (Bandorá e Versavá) foram comunicadas ao governador britânico pelo próprio comandante marata, Kondaki Mankar, que, dado o bom relacionamento institucional entre ambos, aconselhou a retirada das forças britânicas daquelas duas praças.⁷¹ Os britânicos, reconhecendo o poderio marata e a inevitabilidade da derrota, aceitaram a sugestão, conquanto fosse acordada a demolição do forte de Bandorá por ambas as forças em contenda, temendo-se que este, em mãos maratas, fosse utilizado como uma plataforma ofensiva contra Bombaim. Apesar da concordância do general do Norte, a decisão foi remetida para Goa,⁷² que aceitou a fatalidade da situação, ordenando a demolição do forte⁷³ em fevereiro de 1739, juntamente com as estruturas militares ao longo do rio de Maim, que, de igual modo, colocavam em perigo a defesa da ilha britânica.⁷⁴ Essa medida originou a forte oposição jesuíta, como seria de esperar, chegando a afirmar-se que a influência destes era tão grande que o comandante português não se atrevia a cumprir as ordens do seu general.⁷⁵

*O conflito luso-marata foi seguido
com extrema atenção pela
Companhia Britânica*

A pressão britânica acabaria por prevalecer e, no mesmo mês de fevereiro, os maratas, após a conquista das praças-fortes e tranqueiras de Maim, Tarapor, Sirigão, Danú, Asserim, Versavá⁷⁶ e Bandorá, assumiam, em definitivo, o controle total da ilha de Salsete. Pouco tempo após essa perda, as ilhas de Caranjá e Elefanta, a leste de Bombaim, eram, também, tomadas pelas forças do *peshwa*,⁷⁷ após a recusa de auxílio britânico aos habitantes locais. Dessa forma, pouco mais de três anos depois do início da investida final marata, o Estado da Índia perdia uma importante parte da sua Província do Norte como era o distrito de Baçaim, composto por 20 fortalezas, 340 aldeias, quatro portos e importantes ilhas, como as de Salsete, das Vacas e de Caranjá.⁷⁸

⁷⁰Luis Frederico Antunes, "Província do Norte", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, vol. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 222.

⁷¹BL, IOR, P/341/10, 19.01.1739.

⁷²*Idem*, "Conselho de Bombaim", 27.01.1739, fls. 46-52.

⁷³*Idem*, "Resposta do presidente britânico ao general do Norte", 18.02.1739, fls. 55-56.

⁷⁴*Idem*, 19.01.1739; *Idem*, 25.03.1739.

⁷⁵*Idem*, "Conselho de Bombaim", 20.02.1739, fls. 80-85.

⁷⁶Quando das ofensivas sobre a praça de Versavá, as autoridades portuguesas, bastante necessitadas de provisões, pediram a Bombaim o envio de arroz (também para a praça de Baçaim), o que foi concedido. Cf. BL, IOR, P/341/10, "Conselho de Bombaim", 27.01.1739, fls. 53-54; *Idem*, "Carta do general do Norte para o presidente e conselho de Bombaim", 16.02.1739, fls. 54-55.

⁷⁷Walter Sadgun Desai, *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970, p. 116.

⁷⁸Frederick Charles Danvers, *The Portuguese in India*, London, W.H. Allen & Co., 1894, p. 412.

A perda de Baçaim e o acordo de paz luso-marata

Pouco depois da conquista da ilha de Salsete, em maio de 1739, Baçaim também sucumbiria às forças maratas. Após três meses de cerco, as limitadas e extenuadas forças portuguesas, sem o apoio de Goa e de Damão, cederam em definitivo o controle da importante praça e último bastião daquele distrito.⁷⁹ Adotando a estratégia previamente utilizada, os maratas atacaram e cercaram Baçaim, ao mesmo tempo em que investiram sobre os territórios de Damão e Goa, de forma a limitar a sua resposta e interajuda. Após a perda definitiva de todo o distrito de Baçaim e de grande parte do território de Damão, os portugueses naquela região apenas ficaram com o controle sobre as praças de Diu, Damão e Chaul, sendo que esta última transitaria para o domínio marata poucos meses depois.

No ataque a Baçaim, as autoridades britânicas mantiveram a sua política pragmática e oficialmente neutra. Se, por um lado, terão vendido provisões aos maratas, pretensamente de forma a manter um bom relacionamento com o seu novo vizinho, por outro lado, auxiliaram as forças portuguesas com municões, aprovisionamentos, trabalhadores especializados⁸⁰ e, contornando as diretrizes de Londres, com dinheiro — apoio que se entende pela importância de Baçaim na preservação da segurança de Bombaim.⁸¹ O auxílio estendeu-se após o acordo de rendição de 16 de maio de 1739, pois, apesar de este garantir a liberdade religiosa e a manutenção das terras aos habitantes locais, muitos dos moradores portugueses optaram por rumar a Bombaim, o que foi executado em embarcações britânicas, que, em simultâneo, também transportaram as forças portuguesas.⁸² Após quatro meses na ilha britânica,⁸³ onde subsistiram com o apoio do governo local, esses portugueses seriam encaminhados para Chaul, de novo em navios da Companhia, tendo algumas famílias optado por permanecer em Bombaim.⁸⁴

O entendimento geral luso-marata foi estabelecido, por fim, a 18 de setembro de 1740,⁸⁵ consagrando a perda portuguesa da Província do Norte (nomeadamente a ilha de Salsete, Baçaim e Chaul), mas a manutenção dos territórios de Bardez e Salsete (limítrofes a Goa), a retomada do controle do forte de S. Jerônimo e da pragana de Naer em Damão e o restabelecimento das ligações

⁷⁹Luis Frederico Antunes, "Província do Norte", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, vol. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 2, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 222-223; Govind Sakharam Sardesai, *New history of the Marathas*, vol. II, Bombaim, Phoenix Publications, 1958, p. 158.

⁸⁰BL, IOR, P/341/10, "Conselho de Bombaim", 20.02.1739, fls. 80-85; *Ibidem*, 01.05.1739, fls. 170-177.

⁸¹*Iudem*, 17.04.1739.

⁸²*Iudem*, op cit., 07.05.1739, fls. 184-186.

⁸³*Ibidem*, 06.07.1739, fls. 264-270; *Iudem*, "Carta dos diretores da EIC para o presidente e conselho de Bombaim", 03.02.1741, fls. 151-161.

⁸⁴Walter Sadgun Desai, *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970, p. 104; Mário César Leão, *A província do norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 140-141; Ernestina Carreira, "Aspectos políticos", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *op cit.* tomo 1, p. 74-75.

⁸⁵Júlio Firmino Biker (ed.), *Collecção de tratados e concertos de paz que o Estado da Índia fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e África Oriental desde o princípio da conquista até ao fim do século XVIII*, vol. VI, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, p. 202-205.

comerciais entre a região dos Gates e Goa.⁸⁶ Além disso, os fortés de Chaul e *Mahr*⁸⁷ passaram em definitivo para o poder marata, onde, tal como no caso de Baçaim, alguns dos seus moradores optaram por abandonar a praça auxiliados pelas embarcações britânicas.⁸⁸

A partir de finais da década de 1730, a estratégia britânica incidiu no estreitamento da amizade com o novo vizinho, de modo a garantir uma relação política e comercial pacífica, dado que a força militar marata era, na época, superior à britânica e, portanto, a sua prosperidade econômica dependia da prorrogação da paz naquela região. Nesse sentido, foram encetadas negociações bilaterais que culminaram no tratado anglo-marata de 1739, que outorgou a paz e, sobretudo, o livre comércio nos territórios maratas.⁸⁹

Os desejos do governo britânico de tomar posse de Salsete, pelo seu potencial estratégico, econômico e comercial, advinham desde o estabelecimento da Companhia no território de Bombaim, sendo reavivada em períodos de maior tensão e instabilidade. Todavia, apesar das várias pressões oriundas da Índia, os diretores da Companhia rejeitaram qualquer iniciativa militar quando esta estava em posse portuguesa ou marata. A sua estratégia passou por tentar adquirir a ilha por via diplomática, alterada na década de 1770, pois, perante a crescente força militar britânica e os reforços defensivos empreendidos na ilha, entendeu-se que a conjuntura era então favorável à conquista dos territórios a norte de Bombaim.

As tentativas de reconquista de Salsete e Baçaim pelo Estado da Índia tiveram, por conseguinte, a oposição da Companhia, que, nessa fase, contrariamente à postura da década de 1730, não pretendia a soberania portuguesa nas terras vizinhas, apontando que aquele cenário seria prejudicial ao desenvolvimento de Bombaim, que ficaria novamente refém comercialmente das políticas obstrutivas portuguesas.⁹⁰ Nesse seguimento, em 1774, no contexto das dissidências internas maratas, as forças britânicas avançaram sobre Taná, apoderando-se até o final da década de outras praças importantes, como Versavá, Daravi, Caranjá e Baçaim, não obstante os protestos e oposição do vice-rei.⁹¹ Baçaim regressaria à soberania marata em 1782, no quadro do acordo de paz que encerrou a primeira guerra anglo-marata; contudo, o Tratado de Bombaim, de 1802, consagraria a posse definitiva dos Britânicos sobre a totalidade do antigo distrito português.

⁸⁶Ernestina Carreira, "Aspectos políticos", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *Nova história da expansão portuguesa*, vol. V (O Império Oriental, 1660-1820), tomo 1, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 75.

⁸⁷Esses fortés haviam sido entregues aos britânicos no início das negociações com a condição de estes manterem a sua integridade até que as forças maratas abandonassem os territórios de Goa.

⁸⁸Ernestina Carreira, *op cit.*; p. 75; Luis Frederico Antunes, "Província do norte", In: Maria de Jesus dos Mártires Lopes (coord.), *op cit.*, tomo 2, p. 223.

⁸⁹Walter Sadgun Desai, *Bombay and the Marathas up to 1774*, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1970, p. 105-110.

⁹⁰Rustomji Byramji Jeejeebhoy, *Bribery and corruption in Bombay*, Bombaim, [s.n.], 1952, p. 129.

⁹¹Walter Sadgun Desai, *op cit.*, p. 101; E.J. D'Souza, "Portuguese-Maratha-British designs on the island of Salsette", *Indica*, vol. 38, n. 1-2, 2001, p. 213-220. O vice-rei, D. Francisco Guilherme de Sousa, alegava que, como as possessões da Província do Norte haviam pertencido à Coroa, era da obrigação britânica (respeitando o tratado de 1661) auxiliar os portugueses na sua recuperação, e não adquiri-las para o seu domínio. Essa argumentação foi rejeitada pelo governador britânico, que afirmou a soberania inglesa naquelas partes desde 1775, assim como sublinhou que o auxílio britânico consagrado no acordo de 1661 incidia apenas sobre os neerlandeses. Cf. Mário César Leão, *A Província do Norte do Estado da Índia (1534-1729)*, Macau, Instituto Cultural de Macau, 1996, p. 148.

Conclusão

O relacionamento anglo-português ao longo do período de proximidade fronteiriça na costa ocidental indiana foi caracterizado pela flexibilidade e volatilidade estratégica, consubstanciado em fases cooperantes e momentos antagônicos mediante as idiossincrasias internas de cada poder e/ou as conjunturas exógenas das regiões adjacentes. A interação entre o Estado da Índia e Bombaim foi, assim, expressa por um pragmatismo ideológico, numa extensão da política externa assumida com os poderes locais do Decão e Concão indiano, como o império mogor e a confederação marata. Esses vetores são, pois, caracterizadores num plano de relacionamento tanto direto — no quadro das questões territoriais, comerciais, alfandegárias, administrativas e militares, levantadas pela proximidade geográfica — como indireto, no contexto da oposição mogor-marata que marcará grande parte da época em questão.

*Apesar das várias pressões oriundas da Índia,
os diretores da Companhia rejeitaram
qualquer iniciativa militar quando esta estava
em posse portuguesa ou marata*

Centrando-nos nesse último ponto, verificou-se que o conflito entre mogores e maratas e a consequente pressão exercida sobre os interesses de portugueses e britânicos a partir da década de 1660 forçaram, inevitavelmente, a readaptação e alteração do alinhamento político-diplomático arrogado por Goa e Bombaim. Esse posicionamento traduziu-se na adoção de uma estratégia não só de neutralidade, mas também de colaboração conjuntural com um dos poderes asiáticos, procurando, por um lado, retirar os benefícios defensivos que a guerra entre ambos assegurava e, por outro, assegurar potenciais proveitos comerciais.

O conflito luso-marata pressupôs, naturalmente, o envolvimento da Companhia Britânica, cuja proximidade do palco de conflito a tornava num elemento interessado no seu desfecho. A ilha de Salsete fora, desde o início da presença britânica, alvo de particular atenção e interesse, não só pela sua importância estratégica e potencial econômico-comercial, como também por razões de índole defensiva. Apesar dessa relevância e de variadas pressões e projetos de conquista, foi entendido que a Companhia não possuía capacidade financeira e militar para se opor à força marata. Desse modo, foi assumida, grosso modo, uma posição oficial neutra, sendo que, somente após a definitiva conquista marata de Salsete, procurou-se a sua aquisição, primeiro de forma diplomática e, posteriormente, pela via militar.

Na perspectiva dos britânicos, temia-se a expulsão dos portugueses, que preferiam como vizinhos aos maratas, de quem temiam ataques ao território de Bombaim. Contudo, a vasta força humana marata limitou a intervenção da Companhia, sem capacidade e intenção de antagonizar de forma aberta. Nessa ótica, perante os sistemáticos pedidos de auxílio português, no quadro das incursões da década de 1730, o apoio britânico foi realizado de forma limitada, esporádica e não oficial e em contextos nos quais o perigo sobre a fronteira de Bombaim era menor.

A supremacia marata em Salsete após a conquista de Taná colocou as autoridades de Bombaim concentradas na defesa da sua possessão, relegando para segundo plano o auxílio à Província do Norte, apenas retomado quando da ameaça marata no sul da ilha, perigosamente próximo da fronteira de Bombaim. Apesar dessa conjuntura e do interesse britânico em que fosse preservada a soberania portuguesa naquele espaço, o apoio conferido às aldeias de Bandorá e Versavá foi limitado — em homens e munições — e não oficial. A disparidade das forças, a vulnerabilidade comercial ante os maratas e os perigos de uma contraofensiva sobre Bombaim limitaram, necessariamente, a capacidade interventiva da Companhia, que adotou estrategicamente uma posição oficialmente neutra.

Esse posicionamento perdurou até o termo do conflito na cidade de Baçaim, onde a neutralidade oficial da Companhia era sobreposta pelo apoio privado tanto a maratas como aos portugueses, por distintas razões: se era do interesse britânico a limitação possível do poder marata na região, a sua vitória quase certa e consequente conquista dos territórios fronteiriços a Bombaim impunham uma política de boa correspondência e relacionamento, que foi desfeita apenas décadas mais tarde, quando o poderio bélico britânico na região sustentaria a substituição da direção diplomática pela via militar.